

Telex de Funaro abre caminho para a retomada da negociação

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

No extenso pacote de quatro telex enviados pelo governo brasileiro aos bancos credores, na última quinta-feira, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, abre formalmente o caminho para a continuidade do processo de negociações sobre a dívida externa brasileira com a comunidade financeira internacional.

O pacote, ao qual este jornal teve acesso, engloba em seu primeiro anexo os termos do telex que foi rasculhado em Nova York, em 21 de agosto, a partir dos entendimentos fechados quanto à prorrogação das linhas de empréstimo de curto prazo da fase 2, de 30 de agosto até 17 de janeiro, e à manutenção do esquema provisório de depósitos, no Banco Central, das amortizações da dívida referentes a 1985.

Este telex será encaminhado pelo comitê assessor da dívida brasileira a todos os bancos credores envolvidos e é acompanhado por um comunicado formal do governo brasileiro — assinado pelo ministro Dilson Funaro e pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher —, no qual o governo devedor reafirma todos os termos do compromisso provisório acertado com os bancos, enquanto

não é fechado o acordo plurianual que pretende reesalonar por dezesseis anos, com um período de sete anos de consolidação, a dívida que vence a partir de 1985. Em três outros telex em anexo, o Banco Central dispõe sobre as particularidades dos entendimentos.

São os seguintes os principais pontos contidos no pacote:

- O Brasil solicita aos bancos a manutenção de seus compromissos nas linhas de curto prazo — créditos de comercialização e interbancários nas agências de bancos brasileiros no exterior — até o dia 17 de janeiro de 1986. O prazo anterior expirava em 30 de agosto e o valor total foi mantido nos US\$ 16 bilhões acordados na fase 2 da renegociação.

- As amortizações da dívida externa, vincendas no mesmo período, continuarão a ser depositadas no Banco Central pelos tomadores finais e ficarão congeladas, sem possibilidade de ser reempréstadas internamente, à conta de depósito dos bancos credores.

- O governo brasileiro concordou em estender, de 30 de setembro próximo para o dia 17 de fevereiro do ano que vem, o sistema do reempréstimo — “re-lending” — referente aos sal-

dos remanescentes das amortizações do ano passado e do dinheiro novo que foram o objetivo da renegociação da fase II.

- A partir de 1º de outubro serão introduzidas mudanças no esquema do “re-lending”: apenas o setor privado terá acesso aos reempréstimos, em negociação direta com os bancos credores, e o montante de recursos estará sujeito a tetos mensais a ser previamente fixados pelo Banco Central.

- O Banco Central compromete-se a prover, para os bancos credores, os recibos como comprovante de pagamento de taxas legalmente devidas sobre os depósitos internalizados referentes a 1985.

Os documentos a serem enviados pelo comitê a todos os bancos credores incluem a carta que o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques De Larosière, enviou a William Rhodes, em agosto, atestando que as medidas econômicas adotadas pelo governo brasileiro estão na direção correta.